

## A INTERDISCIPLINARIDADE NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL

**Autores:** SARA VELOSO RODRIGUES, VIVIANE BERNADETH GANDRA BRANDÃO

### Introdução

Com a constituição do Sistema Único de Saúde – SUS no ano de 1990, resultante do movimento da Reforma Sanitária, amplia o conceito de saúde, considerando a complexidade dos processos saúde-doença nos indivíduos e coletividades. Essa proposta de assistência ampliada na saúde começou a ganhar maior espaço nos serviços de saúde, e paralelamente, passou a exigir uma adequação do perfil de formação profissional e de mudanças nas práticas de saúde, buscando o atendimento integral do paciente.

Foi somente no ano de 2004, que se institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como Estratégia do Sistema Único de Saúde para a Formação e o Desenvolvimento de Trabalhadores da saúde, assegurada pela Portaria Nº. 198, de 13 de fevereiro de 2004. Entre as estratégias formuladas para o apoio e dinamização dessa política, destacam-se as Residências em saúde como modalidade de formação profissional.

Nesse contexto, a Residência Multiprofissional em Saúde Mental é orientada pelo SUS, bem como pela política de saúde mental do Brasil. Fundamentada pela proposta de Clínica Ampliada, através da prática interdisciplinar. Essa nova concepção do trabalho na saúde mental inicia-se com a reforma psiquiátrica, no entanto, o surgimento dos serviços Substitutos ao hospital psiquiátrico, emerge o novo modelo de cuidado em Saúde Mental, baseado no atendimento integral. Esse novo modelo assistencial em saúde mental é redirecionado pela Lei 10.216, de 6 de Abril de 2001 e os serviços são regulamentados pela portaria Nº 336, de 19 de Fevereiro de 2002.

A interdisciplinaridade na Residência Multiprofissional em Saúde Mental é considerada como fundamental, para que atenda a Política de Saúde Mental e as necessidades específicas da Rede de Atenção Psicossocial local, nos diversos espaços sócio ocupacionais que os residentes estão inseridos. Oportuniza o fortalecimento e a materialização da integralidade como movimentos permanentes de qualificação do trabalho profissional e transformações de suas práticas.

### Metodologia

Em busca de alcançar o objetivo proposto, usou-se da abordagem qualitativa. Segundo (Minayo, 2007), a pesquisa qualitativa verifica uma relação existente entre o mundo real e o sujeito, ou seja, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, interpretar os fenômenos e atribuir significados são à base da pesquisa qualitativa, não exigindo métodos e técnicas estatísticas, é uma pesquisa descritiva onde os pesquisadores visam analisar os seus dados indutivamente, sendo o processo e o seu significado os principais focos de abordagem.

Foi realizada a pesquisa bibliográfica, que para (Gil, 2002), é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Proporcionou uma proximidade acerca do tema abordado.

### Resultados e Discussão

Ao longo do desenvolvimento do SUS, a formação e a prática profissional são revistas, devido à nova forma de pensar e produzir assistência à saúde, a fim de garantir o cuidado integral do paciente. O debate sobre a formação profissional em saúde no âmbito do SUS tem colocado à necessidade de uma educação permanente, que possa transformar e comprometer seus trabalhadores como agentes micropolíticos em sua defesa (SHIKASHO, 2013). Entre as estratégias formuladas para o apoio dessa política, destacam-se as Residências em Saúde como modalidade de formação.

Pesquisas nessa área apontam que as práticas da Residência Multiprofissional antecedem a constituição do Sistema Único de Saúde. Estudos de Closs (2013) destacam a Residência Multiprofissional desde 1978 em Porto Alegre. Mas, foi na década de 1990, após a aprovação da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90 e a Lei 8142/90), que emergem novos programas de Residência Multiprofissional, entre estes, o Programa de Residência de Saúde Mental, do Instituto Philippe Pinel, em 1994, até então, não regulamentados.

Entretanto, só em 2005 que se afirmam os esforços para a regulamentação das RMS. Tem-se a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui a Residência Multiprofissional em Área da Saúde, e a sua regulamentação pela Portaria Interministerial nº 2.117, de 03 de novembro de 2005.

A Residência Multiprofissional constitui-se numa modalidade de pós-graduação *lato-sensu*, desenvolvida em serviços do SUS, sob supervisão técnico-profissional (profissionais capacitados/ preceptores, em regime de dedicação exclusiva ao serviço de saúde). Essa modalidade de Residência é considerada uma formação que acontece diretamente em serviços de saúde a partir do trabalho em equipes multiprofissionais, fundamentada na proposta de clínica ampliada, que visa aumentar a possibilidade de intervenções retirando o foco na doença e passando o paciente para o centro das atenções, através da interação interdisciplinar.

Neste contexto, a Residência Multiprofissional em Saúde Mental tem como campo de prática a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para o desenvolvimento de suas atividades, sendo regulamentado de acordo como o disposto pela lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, baseado na assistência multiprofissional em busca de ofertar o cuidado integral, através da perspectiva interdisciplinar.

De acordo com Vasconcelos (2002) o novo modelo de assistência em Saúde Mental se inicia com a desinstitucionalização como paradigma centrado na reconstrução da vida social e subjetiva do sujeito, reinventa e reconstrói a complexidade do objeto. Os serviços de saúde mental passam por mudanças na administração de recursos e na complexidade da atuação dos profissionais para atender as necessidades dos clientes em sua totalidade. A mudança do campo saúde mental, sendo agora um campo transdisciplinar, tem defensores influenciando debates e discussões sociais a favor da reforma psiquiátrica e da inovação das práticas.

A partir da Reforma Psiquiátrica, com o surgimento dos serviços substitutivos sob a lógica da interdisciplinaridade, os profissionais que ali atuam passam a aprender a cuidar do sujeito de maneira integral. Segundo Filho (1997) a interdisciplinaridade em seu aspecto estrutural é composta por reciprocidade mútua em busca da horizontalização das relações de poder entre as profissões e o campo. O problema identificado é comum aos que estão envolvidos na discussão, que se inicia com a conceituação de princípios fundamentais. É realizada uma recombinação dos elementos internos e não somente uma adição ou mistura, e a aprendizagem é conjunta e complexa.



Estamos nos referindo à interdisciplinaridade quando disciplinas diferentes estão agrupadas em uma axonomia comum, em que uma delas está em um nível hierárquico superior. Esta é aquela que media a discussão entre as outras, integrando saberes e coordenando o campo disciplinar (FILHO, 1997).

De acordo com Vasconcelos (2002) as práticas interdisciplinares perpassam por diversos campos de saberes, entre eles as disciplinas, paradigmas, campos epistemológicos e profissões, arte, senso comum e cultura. As concepções na literatura sobre a interdisciplinaridade são muitas, entretanto há aquelas que caracterizam os graus sucessivos de cooperação e coordenação crescente entre variados campos de saber.

Entre as "práticas inter-" temos as práticas multi; as pluri; pluri-auxiliares; inter e campos-trans. Encontramos obstáculos e limitações as "práticas inter-", entre eles o profissionalismo que se inicia historicamente na divisão social e técnica do trabalho e na profissionalização como forma de poder. Estamos diante de muitas dificuldades, porém, elas não impedem o esforço para reformular novas bases teóricas e práticas em saúde mental que hoje é sem dúvida o setor saúde que mais avançou com a interdisciplinaridade no Brasil (VASCONCELOS, 2002).

### Considerações Finais

Diante do exposto, percebemos que essa prática interdisciplinar corrobora a favor dos princípios do Sistema Único de Saúde, através da responsabilização e trabalho conjunto dos diversos campos de saberes e profissões para a valorização da autonomia do sujeito em sofrimento mental e sua reinserção social.

Em conformidade com o indicativo do trabalho da Residência Multiprofissional em Saúde Mental, os profissionais transitam por diversos serviços, em diferentes seguimentos da Rede de Atenção Psicossocial. Esse percurso é feito por diferentes profissionais (Assistente Social, Enfermeiro e Psicólogo), e tem como proposta a realização do trabalho interdisciplinar, atendendo a proposta da Clínica Ampliada, para a elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) do paciente visando o cuidado integral.

### Referências

- AMARANTE, P. *Psiquiátrica social e reforma psiquiátrica*: Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- BASAGLIA, Franco. *A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão o otimismo da prática*. Conferências no Brasil. São Paulo: Monsanto, 1982.
- BISNETO, J. A. *Serviço Social e Saúde Mental*: Uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.
- COSTA, M, D, H, da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (das) assistentes sociais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. Cortez, ano XX, n. 62, 2000.
- CLOSS, T. T. *O Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde*: Formação para a integralidade. In: A Residência Multiprofissional em movimento: histórico, regulamentação e perspectiva na conjuntura atual. 1.ed.Curitiba: Appris, 2013.
- FILHO, N.A. *Transdisciplinaridade e saúde coletiva*. *Revista ciência e Saúde Coletiva*. v.02, n.1, 1997.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa* - 4.ed.-São Paulo: Atlas, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- SHIKASHO, L. *Os programas de Residência e a integralidade da atenção*: um estudo sobre a micropolítica do trabalho e da formação em saúde. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de fora. 209 f. Juiz de Fora, 2013.
- VASCONCELOS, E.M. *Complexidade e pesquisa Interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.